GOVERNO DE PORTUGAL

SECRETÁRIA DE ESTADO
DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
E DA IGUALDADE

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 3585 **ENT.:** 3061 **PROC. Nº:**	01/07/2015

ASSUNTO: **RESPOSTA À PERGUNTA N.º 1601/XII/4.ª**

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de enviar cópia do ofício n.º 2166, datado de 16 de junho, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, sobre o assunto supra mencionado.

A resposta em anexo referencia a pergunta n.º 1601/XII/3.ª, contudo, trata-se da resposta à pergunta n.º 1601/XII/4ª.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Gabinete da Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Palácio de São Bento (A.R.) 1249- 068 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 392 05 00/06 **FAX** 21 392 05 15 **EMAIL** gabinete.seapi@pcm.gov.pt **www.portugal.gov.pt**

MAOTE - Of. N.:2166
Data:16-06-2015

GOVERNO DE PORTUGAL | MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E ENERGIA

Gabinete da Secretária de Estado dos
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Entrada n.º 3061
Data: 01-07-2015

Exma. Senhora
Dr.ª Marina Samúdio Resende
Chefe do Gabinete da Senhora Secretária de
Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Assunto: **Resposta à Pergunta n.º 1601/XII/3ª, de 15 de maio, apresentada pelos Deputados do PSD**

Encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, em resposta à Pergunta n.º 1601/XII/3ª, de 15 de maio, de informar V. Exa. do seguinte:

O Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE), acompanha a situação e a gestão dos recursos hídricos, no sentido de assegurar a sua proteção e qualidade, nomeadamente através da Agência Portuguesa do Ambiente (APA), enquanto Autoridade Nacional da Água.

Relativamente à situação dos caudais no rio Tejo, acompanhada designadamente no âmbito das reuniões e monitorização da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção de Albufeira (CADC), esclarece-se que o rio Tejo tem um regime hidrológico muito irregular, que se caracteriza por ter caudais muito altos (14000 m3/s), altos (4000 m3/s), médios (cerca de 300 m3/s) e baixos.

Durante a última década do século XX e durante o século XXI (15 anos) já ocorreram vários períodos com registos de caudais baixos, tratando-se de um fenómeno relativamente recorrente. Historicamente, esta situação hidrológica é mais frequente até à confluência do rio Tejo com o rio Zêzere, para onde confluem, fundamentalmente, os volumes descarregados pela barragem de Castelo do Bode e os escoamentos associados à bacia do rio Nabão.

Não obstante as questões hidrológicas e hidráulicas, o rio Tejo nacional tem, desde 2008, contributos mínimos garantidos, provenientes do Reino de Espanha. Estes volumes estão consagrados na adenda à Convenção de Albufeira (Resolução da Assembleia da República n.º 62/2008). Importa referir que os valores previstos têm estado, em regra, a ser ultrapassados pelos volumes que são lançados a partir da barragem espanhola de Cedilho.

A manutenção de um "nível regular dos caudais do rio Tejo" é complexa atendendo ao regime hidrológico típico de clima mediterrânico e às diversas utilizações existentes.

Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.ministro@maote.gov.pt www.portugal.gov.pt

Não obstante, de acordo com os dados da Agência Portuguesa do Ambiente, na qualidade de Autoridade Nacional da Água, a Convenção sobre a Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das águas das bacias Hidrográficas Luso-espanholas (especificamente, bacia do rio Tejo) está a ser cumprida, logo respeitada, pelas entidades espanholas. Efetivamente, segundo a APA, tanto na bacia hidrográfica do Tejo, como nas bacias hidrográficas do Minho, Douro e Guadiana, os caudais cumprem com os exigidos na convenção (considerando o 1.º e 2.º trimestres), tanto em termos trimestrais como semanais.

Ainda assim, e no âmbito das relações entre Portugal e Espanha, no passado dia 5 de junho, o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia reuniu-se num encontro bilateral com a Ministra da Agricultura, Alimentação e Meio Ambiente espanhola, sendo este um dos temas da agenda. Desta reunião saiu, por iniciativa de Portugal, o anúncio da realização, em julho de 2015, no nosso país, da 3.ª Conferência das Partes da Convenção de Albufeira, entre Portugal e Espanha, no sentido de continuar a aprofundar e a melhorar o trabalho conjunto no domínio das bacias hidrográficas partilhadas.

A decisão de realizar esta Conferência das Partes, que é o órgão máximo da Convenção de Albufeira, e que teve sessões realizadas em 1998 e 2008, surge na sequência da intensificação das relações bilaterais entre Portugal e Espanha, no âmbito da gestão dos recursos hídricos.

Além deste encontro no passado dia 5 de junho, Portugal e Espanha têm reforçado a cooperação ao mais alto nível, sendo este o terceiro encontro bilateral de nível ministerial no espaço de um ano, e tendo-se concretizado 18 reuniões de nível técnico dos grupos de trabalho temáticos nos últimos três anos.

Importa recordar que se encontram atualmente em fase de elaboração os Planos de Gestão de Região Hidrográfica (PGRH), para vigorarem durante 2016-2021, das bacias partilhadas pelos dois países, nomeadamente Minho e Lima, Douro, Tejo e Guadiana e que decorrerão, no mês de junho, sessões públicas conjuntas, uma por cada uma das bacias partilhadas.

Neste contexto, na reunião anteriormente referida, realizada no dia 5 de junho, foi decidido por Portugal e Espanha reforçar o mandato dos grupos de trabalho já existentes junto da Comissão para a Aplicação e o Desenvolvimento da Convenção para realizar novas tarefas no âmbito da monitorização hidrometeorológica dos rios partilhados e da qualidade das águas, tendo sido também salientada a importância de manter a operacionalidade da rede hidrometeorológica, garantindo a existência de dados fidedignos e a transparência no acesso a estes dados, particularmente para que se possam detetar atempadamente situações de risco de seca e cheias.

A este nível, recorda-se ainda que foi assinado pelo Governo, em 2014, o contrato de investimento, de 4 milhões de euros, cofinanciados pelo Programa Operacional Temático da Valorização do Território (POVT), para a reabilitação e operacionalização das estações automáticas das redes de monitorização hidrometeorológica, na sequência do projeto de reestruturação das redes de monitorização de recursos hídricos iniciado com este Governo, em 2011. O objetivo deste projeto, cuja execução financeira ultrapassou já os 60%, é contribuir para a melhoria dos dados obtidos através da monitorização hidrometeorológica, e que são fundamentais para assegurar a monitorização e a gestão sustentável dos recursos hídricos, incluindo as situações de cheia e de escassez. Atualmente encontra-se já reabilitada cerca de 70% da rede de estações hidrometeorológicas, que abrange a rede de estações dos rios internacionais, já reabilitada a 100%.

No que respeita ao açude de Abrantes, da responsabilidade da autarquia, e do ponto de vista da segurança da estrutura, a APA exerce a função de Autoridade Nacional de Segurança de Barragens, nomeadamente no âmbito do controlo de segurança, efetuando, para o efeito, vistorias periódicas às intervenções realizadas.

Neste âmbito, a APA deslocou-se recentemente ao local acompanhada pela Câmara Municipal de Abrantes, para verificação do funcionamento do ponto de vista hidráulico da intervenção realizada, sendo que, segundo informação prestada por aquele município, as comportas insufláveis estiveram em manutenção, encontrando-se entretanto em funcionamento.

Informa-se ainda que a APA tem em curso um procedimento para avaliação das condições de funcionamento da passagem de Peixes do Açude de Abrantes e que irá continuar a acompanhar a situação, com vista a promover a salvaguarda dos valores em presença.

Adicionalmente, o MAOTE tem em implementação um conjunto de medidas para o rio Tejo, que passam, entre outros aspetos, por um reforço, já em curso, das ações de fiscalização e inspeção, além, naturalmente, da manutenção da normal monitorização dos recursos hídricos efetuada pela APA enquanto Autoridade Nacional da Água.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Patricia Olmo Pincarilho

/FN/LF

Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia
Rua de "O Século", 51 - 1200-433 Lisboa, PORTUGAL
TEL + 351 21 323 15 00 EMAIL gabinete.ministro@maote.gov.pt www.portugal.gov.pt